

ZONA DO EURO - Chanceler Angela Merkel obtém vitória apertada no Parlamento para concessão de um segundo pacote de 130 bilhões de euros a Atenas. G20 insiste em ampliação do fundo de resgate para receber socorro de outros países

Alemanha aprova ajuda à Grécia

DA REDAÇÃO

A chanceler alemã Angela Merkel obteve com dificuldade a aprovação de um segundo pacote de resgate à Grécia no Parlamento, no valor de 130 bilhões de euros. Merkel não precisou depender dos votos da oposição, mas enfrentou uma crescente revolta contra a proposta de injetar mais dinheiro para ajudar a zona do euro. A moção foi aprovada por 496 votos a 90 votos, com cinco abstenções. No entanto, apenas 304 dos 330 parlamentares da coalizão governista de centro-direita deram seu apoio ao pacote.

Analistas avaliam que o resultado pode enfraquecer Merkel politicamente e tornar mais difícil para ela concordar em fortalecer as defesas financeiras da Europa, justamente num momento em que cresce a pressão internacional sobre a Alemanha. “Merkel está perdendo seus poderes de convencimento, e a crença dos membros da Bundestag (Câmara de que tudo vai ocorrer como planejado diminuiu”, disse o professor de política da Free University, Gero Neugebauer, em Berlim.

As principais economias do mundo, reunidas no G20, no último fim de semana, aumentaram as pressões sobre Berlim para derrubar a oposição à ampliação do fundo de resgate europeu, dizendo que a Europa precisa colocar dinheiro extra, se quiser mais ajuda de outros países. O presidente da União Europeia, José Manuel Barroso, acrescentou que espera uma decisão sobre o aumento da barreira de proteção financeira da zona do euro em março.

Em um discurso para a Câmara, no domingo, Merkel reconheceu que não há 100% de garantia de que o resgate funcionará, mas repudiou pedidos de rebeldes em sua coalizão para deixar a Grécia dar um calote e sair da zona do euro. “Ninguém sabe qual seria o impacto de uma rejeição do segundo pacote de ajuda à Grécia em outros países endividados, como Portugal e Irlanda, ou Espanha e Itália, ou em toda a zona do euro e no mundo”, disse. “Como



ANGELA MERKEL
CHANCELER DA ALEMANHA

“Ninguém sabe qual seria o impacto de uma rejeição do segundo pacote de ajuda à Grécia em outros países endividados, como Portugal e Irlanda, ou Espanha e Itália, ou em toda a zona do euro e no mundo.”

chanceler, eu tenho que tomar certos riscos, mas não posso ser irresponsável. Meu juramento proíbe isso”, acrescentou.

Com a aprovação do Parlamento alemão, o debate na Alemanha já avançou. Durante o fim de semana, o ministro do Interior, Hans-Peter Friedrich, disse que as chances de a Grécia se recuperar da crise da dívida e reconstruir sua economia são melhores “fora da zona do euro que dentro dela”, se tornando o primeiro ministro do gabinete de Merkel a defender abertamente a saída da Grécia do bloco.

A Alemanha também começou a aquecer lentamente a ideia de unir os dois fundos de socorro da zona do euro – o Me-

canismo de Estabilidade Europeu (ESM, na sigla em inglês) e a Linha de Estabilidade Financeira Europeia (EFSF, também na sigla em inglês) – para criar um fundo de 750 bilhões de euros que poderia ser aproveitado para conter o contágio da crise financeira. A Alemanha nunca excluiu categoricamente a expansão da proteção da zona do euro, mas Merkel tem dito repetidamente que ela não sentia que era o momento certo para discutir isso. Esse tempo pode ter chegado.

O desafio de Merkel é cobrir a lacuna entre as expectativas internacionais que a Alemanha e a Europa façam mais para resolver a crise da dívida da zona

do euro e as do público local, que está cada vez mais cansado de pagar as contas de países perdulários da zona do euro. Uma pesquisa de opinião pública publicada na Alemanha no domingo mostrou que 62% dos alemães se opuseram ao segundo resgate grego, enquanto apenas 33% foram favoráveis.

S&P VOLTA A REBAIXAR RATING. A agência Standard & Poor's rebaixou o rating da dívida soberana de longo prazo da Grécia de CC para SD (default seletivo); o rating da dívida de curto prazo da Grécia também foi rebaixado, de C para SD. A agência manteve inalterados o rating de recuperação da Grécia em 4 e o

NEGOCIAÇÃO COM CREDORES

Risco de default com baixa adesão

DANIELA MILANESE

CORRESPONDENTE DA AGÊNCIA ESTADO EM LONDRES

A Grécia precisa de adesão de pelo menos 90% do valor nominal da dívida privada para levar adiante sua reestruturação de forma voluntária. Analistas acreditam que o país não conseguirá esse patamar mínimo e partirá para um processo forçado ao usar as Cláusulas de Ação Coletiva (CACs), que dispõem os contratos de swaps de default de crédito (CDSs). Até então, acreditava-se que as CACs só seriam utilizadas com um patamar bem menor de adesão, inferior a 70%.

A nova visão vem da análise dos detalhes da oferta anunciados na última sexta-feira. Analistas concluíram que o país forçará o default se a aceitação ficar entre 75% e 90%. Abaixo dos 75%, a reestruturação não acontece e, consequentemente, a Grécia não recebe o segundo pacote de resgate da UE, de 130 bilhões de euros – a reorganização da dívida é pré-requisito para o socorro. Nesse caso, o governo grego não teria como arcar com o vencimento de 14,5 bilhões de euros no dia 20 de março e entraria num calote desordenado, ainda pior.

“É uma forma de pressionar os investidores a aceitarem”, disse Achilleas Georgolo-

poulos, estrategista de dívida do Lloyds Bank. “Não está escrito no comunicado, mas essa é a interpretação.”

Especialistas não contam com a adesão de 90%, mas avaliam que ela será superior a 75%, suficiente para que a reestruturação seja concluída, ainda que de maneira imposta. Para os especialistas do Credit Suisse, haverá o chamado “evento de crédito”, que irá disparar os CDS, no dia 9 de março, quando a Grécia anunciará os resultados da oferta. “O piso mínimo para o uso das CACs deve ser atingido”, escrevem os analistas do banco.

75%

É O PATAMAR MÍNIMO DE ADEÇÃO DOS CREDORES. SE O PERCENTUAL NÃO FOR ALCANÇADO, PAÍS NÃO RECEBE PACOTE DE AJUDA

A Grécia pretende emitir três tipos de títulos na oferta de troca: bônus de 30 anos sob a legislação inglesa, com juros de 2% até 2015; 3% até 2020 e 4,3% a partir daí; uma nota de 24 meses emitida pelo fundo de resgate europeu (EFSE, na sigla em inglês); e os títulos ligados ao desempenho da economia, que pagarão, a partir de 2015, rendimentos conforme os resultados do Produto Interno Bruto (PIB).

Os credores têm até 8 de março para manifestar se querem trocar seus títulos pelos novos papéis a serem emitidos pelo país. No dia seguinte, a Grécia anuncia os resultados da operação que, se bem sucedida, será concluída em 12 de março.

rating de conversibilidade e transferências em AAA, mesmo nível dos demais países membros da zona do euro.

Segundo a S&P, o rebaixamento dos ratings resultou “da inserção retroativa, pelo governo, de cláusulas de ação coletiva na documentação de determinadas séries de sua dívida soberana, em 23 de fevereiro. O efeito da cláusula de ação coletiva é comprometer todos os portadores de uma determinada série com termos emendados de pagamento, na eventualidade de um quórum predefinido de credores ter concordado com isso. Em nossa opinião, a inserção retroativa de cláusulas de ação coletiva muda mate-

rialmente os termos originais da dívida afetada e constitui o lançamento do que consideramos uma reestruturação de dívida estressada. Qualquer uma dessas condições é suficiente para rebaixarmos nosso rating de crédito soberano para SD, e nossos ratings para as emissões de dívida afetadas para D.”

“Se a troca de dívida for consumada (o que entendemos que está marcado para ocorrer em 12 de março), deveremos considerar o default seletivo como esgotado e elevar o rating de crédito soberano da Grécia para a categoria CCC, refletindo nossa avaliação da perspectiva futura da qualidade de crédito da Grécia”.